A EDUCAÇÃO COMO PALCO DE DISPUTAS: reflexões sobre Ideologia, Escola "sem" Partido e sua articulação com o governo Bolsonaro

Dheniffer José Ferreira Freire[1]

RESUMO

O trabalho que apresentamos se propõe a analisar o movimento Escola "sem" Partido e sua articulação com o governo Bolsonaro. Para tanto, utilizamos a categoria ideologia embasadas no entendimento de Marx que a articula à luta de classes e a perspectiva de transformação da sociedade, pois compreendemos que ideologia se encontra diretamente articulada aos interesses do movimento. Dialogamos também com os autores(as) Iasi (2011) e Chauí (1985). Por fim, tecemos nossa conclusão, na qual foi possível compreender que o movimento atua no sentido de manter inalteradas as estruturas sociais que perpetuam desigualdades e opressões, utilizando-se do espaço educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Escola "Sem" Partido; Ideologia; Governo Bolsonaro

ABSTRACT

The work we present proposes to analyze the movement "School without" Party and its articulation with the Bolsonaro government. For that, we use the ideology category based on Marx's understanding that articulates it to the class struggle and the perspective of society transformation, as we understand that ideology is directly linked to the interests of the movement. We also dialogued with the authors Iasi (2011) and Chauí (1985). Finally, we weave our conclusion, in which it was possible to understand that the movement works to maintain unaltered social structures that perpetuate inequalities and oppression, using the educational space.

KEYWORDS: School "Without" Party; Ideology; Bolsonaro government

1 INTRODUÇÃO

Presenciamos na contemporaneidade, um avanço significativo de ideias conservadoras e que caminham em sentido contrário aos princípios democráticos estabelecidos na Constituição de 1988. A escola, nesse contexto, passa a ser alvo de investidas de cunho regressista que visam limitar o debate e a pluralidade de ideias. Desse modo, o presente artigo busca, sem esgotar o tema, analisar o movimento

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: Dheniffer_freire@hotmail.com

Escola “sem” Partido (ESP). Para tanto, fazemos uma análise da categoria ideologia embasados no entendimento de Marx que a relaciona à luta de classes e a perspectiva de transformação da sociedade, pois partimos da compreensão que ideologia se encontra diretamente articulada aos interesses particulares do movimento e o que o mesmo busca estabelecer, a permanência de uma estrutura de poder inalterada. Dialogamos também com os autores(as) Iasi (2011) e Chauí (1985). Para além disso, no decorrer de nosso trabalho buscamos articular o espraiamento do ESP com projeto de educação defendido pelo governo de Jair Messias Bolsonaro.

Convém ressaltar que no título desse trabalho, bem como, no decorrer da exposição utilizaremos o nome Escola “Sem” Partido aspeado, por considerarmos que o próprio nome do movimento é tendencioso, pois expressa uma equivocada separação entre escolas “com” e “sem” partido[2]. Com a problematização desse estudo, constatamos que não é essa a vertente que está em jogo, mas, limitar discussões no intuito de que apenas se tenha uma visão de mundo, em outras palavras, que a escola tenha apenas um partido e não uma pluralidade de ideias.

Nosso trabalho é composto por uma breve introdução, seguido pelo tópico 2, no qual fazemos uma discussão sobre ideologia, de modo mais específico no espaço educacional, compreendemos que a escola dissemina exaustivamente um pensamento ideológico que busca manter inalterado o *status quo* da classe dominante e qualquer perspectiva que se coloque como obstáculo é deslegitimada com o apoio dos aparatos de dominação da classe burguesa. Dando continuidade, no tópico 3 abordamos o movimento Escola “sem” Partido e sua articulação direta com o projeto de educação defendido por Bolsonaro. Por fim, tecemos nossa conclusão, na qual foi possível compreender que o movimento Escola “sem” Partido atua no sentido de manter inalteradas as estruturas sociais que perpetuam desigualdades e opressões. Se utiliza da ideologia conservadora para criar uma atmosfera de legitimidade para suas ações e o faz com a anuência do Estado, personificado na figura do presidente e de seus aliados.

2 A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE CONTRADIÇÕES E DISPUTA DE PROJETOS

[2] Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/artigo-escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade/ acesso em: 04/03/2021.

Partimos da compreensão que a educação assume papel de bastante importância na vida e formação dos seres humanos. Esta engloba não somente as instituições formais de ensino, em sua maioria de responsabilidade estatal, mas se alarga para outras instituições que atuam fortemente no processo de formação de consciência, como família, igrejas, associações, grupos de jovens, partidos políticos, entre outros. Nesse sentido, “o processo educativo se reverte de suma importância, de uma relevância sem par na construção da vida, na formação do mundo, no estabelecimento das relações interpessoais dos indivíduos” (GUIMARÃES, 2008, p. 39). Seguindo essa lógica, a educação, vinculada ao Estado, em sua própria natureza assume a função de veículo de disseminação da ideologia dominante visando a manutenção do *status quo* vigente. Conforme aponta Meszáros (2005, p 31.)

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...].

Nesse sentido, Mauro Iasi elucida que ideologia não significa exclusivamente um conjunto de ideias, que são difundidas e introjetadas nas cabeças de homens e mulheres pelos mais diversos instrumentos e mecanismos. Pois, se assim fosse, nos levaria a errônea e simples solução de se criar uma “ação anti-ideológica” e substituir as “velhas, por novas ideias” e “[...]quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem a dominação econômica” (2011, p. 20-21).

Nessa perspectiva, a burguesia ao assumir o controle dos meios de produção e desse modo ao ter para si o domínio da força de trabalho neste processo, se estabelece como classe dominante refletindo seu poder também na esfera Estatal, este se transforma em representante oficial dos seus interesses. “O Estado é a instância que diz representar o interesse universal, mas representa o de uma classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante”. (MONTAÑO E DURIGUETO, 2011, p. 36). Nesse panorama a educação se coloca como espaço de disputas sociais, dada a sua dimensão formativa e desencadeia confrontos políticos e ideológicos, revelando que esta pode atuar tanto para a manutenção da sociedade capitalista, como pode contribuir para a superação da ordem vigente.

Partindo dessa reflexão, a ideologia se torna componente a ser analisado nessa estrutura de poder e dominação que busca a permanência de determinados valores e incidem impondo um modo de ser nos seres sociais. Segundo Marx e Engels (2009, p. 67)

> As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes [...] as ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias de seu domínio. [...] os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica [...] como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e distribuição de ideias do seu tempo.

Nesse sentido é possível observar que o espaço educacional, no decorrer de sua trajetória vêm perpetuando exaustivamente um pensamento ideológico que, de um lado, privilegia o modo de vida burguês, naturalizando desigualdades sociais e opressões, e do outro, atua objetivando o conformismo e a subalternidade da classe trabalhadora. Segundo Chauí (1985, p. 103) [...] o papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta[...]". Assim, analisando por esse ângulo, a educação pode contribuir com o processo de formação de consciência que busque a emancipação dos seres humanos e um novo modelo de sociabilidade. É importante frisar que a educação, de forma isolada, não é capaz de alterar os alicerces advindos das contradições entre capital e trabalho, entre operários e capitalistas. Mas, como já pontuado, pode produzir fissuras, já que a consciência humana está em constante movimento.

Desse modo, descortinar e reconhecer as "amarras que nos prendem", as desigualdades e injustiças, as quais estamos submetidos todos os dias é imprescindível para a tomada de consciência, de forma crítica e não alienada[3]. Necessário pontuar que quando abordamos "processo de consciência" e não somente "consciência" é porque não a consideramos como algo que pode ser obtido e que antes de sua "posse, poderíamos supor um estado de 'não consciência'". É seguindo essa linha de raciocínio que Mauro Iasi busca compreender o "fenômeno da

[3] "A alienação não é o mesmo que ideologia e dela diferencia-se substancialmente. [...] em resumo, podemos descrever assim esses três aspectos da alienação: a) o ser humano está alienado da natureza b) o ser humano está alienado de si mesmo; c) o ser humano está alienado de sua espécie. A materialidade dessas relações produtoras da alienação são expressas no universo das ideias como ideologia" (IASI, 2011, p. 20-21).

consciência como um movimento e não como algo dado". Assim, "consciência não é, se torna" (2011, p. 12).

Na perspectiva do autor em questão, com a qual concordamos, a consciência vivencia processos. Na chamada *Primeira forma de consciência* nossas primeiras representações do real são estabelecidas a partir das relações mais próximas que mantemos em sociedade. Logo, temos a família como mediadora dessas relações. De fundamental relevância evidenciar que a família "é por sua vez determinada pelo estágio histórico em que se encontra, sendo, portanto, uma subjetividade já educada" (IBIDEM, p.15). Assim, o ser humano inserido nas relações familiares, acaba por receber uma carga de informações já completamente embebidas de significados, e que por meio desses significados vai interiorizando sua forma de ver o mundo e a si mesmo. A consciência nesse primeiro estágio manifesta-se como alienação, pois os seres humanos começam a perceber o mundo a partir da sua conexão com o real aparente, singularizado, o generalizando; "tomando a parte pelo todo" (IBIDEM, p. 20).

Uma vez internalizada certa visão de mundo, ela pode ser problematizada pelos(as) indivíduos, na proporção das relações que estabelecem e como passam a refletir sobre estas. É nesse contexto que o indivíduo vivencia uma "crise ideológica" com a *primeira forma de consciência*, a que o levará para um segundo estágio denominado de *segunda forma de consciência*, sendo nomeada também de "*consciência em si*" ou *"consciência da reivindicação"* (IBIDEM, p. 27). Nesse contexto a inserção no grupo é crucial para a superação da *primeira forma de consciência*, na medida que os(as) sujeitos(as) começam a observar no(a) outro(a) as opressões e injustiças vivenciadas. No estágio de *consciência em si* por mais que se apresente como um passo à frente no processo de formação de consciência, esta ainda toma como base as experiências contidas no imediatismo, mas agora não mais sob a ótica do indivíduo, mas sim do grupo.

Desse modo, a *segunda forma de consciência*, expõe fragilidades no que compete a apreender a realidade concreta, nessa acepção o indivíduo experimentará uma nova "crise ideológica" que pode levá-lo a alcançar a *terceira forma de consciência*, denominada por Iasi (2011) como *"consciência para si",* nesta não se visualiza apenas o(a) trabalhador(a) como classe, mas, a própria extinção das classes. É partindo desse entendimento que é imprescindível compreender as relações materiais que produzem a ideologia e a quem essa ideologia serve. Cabe elucidar que as mudanças que podem vir ocorrer na forma de pensar e enxergar o

mundo pelos sujeitos não segue uma linha reta, por vezes, esse processo tem avanços, bem como recuos a etapas já superadas. Por isso, a relevância de espaços que privilegiem o diálogo e o movimento das ideias, possibilitando assim a pluralidade, excluindo iniciativas que valorizam o pensamento único, que atende a interesses particulares e busca manter subjugada uma classe em detrimento da outra.

A contradição vivenciada na *"consciência para si*" pode transportar o sujeito a um novo estágio do processo de consciência: "a busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações. Buscar saber como funciona a sociedade para saber como é possível transformá-la" (IASI, 2011, p. 35). Diante do exposto é compreensível o pavor que se instala sobre a classe dirigente do nosso país, quando se defronta com uma educação que se proponha a discutir os principais problemas que nos assolam. Para além disso, conseguir desnudar a essência que está na base, aquilo que é a base geradora da questão social[4] é o que a ideologia dominante se propõe a ocultar.

É nesse terreno permeado por contradições que se insere a escola. Pensamos que se torna urgente e necessária que as bases do ensino se baseiem em pautas que promovam o senso crítico, que os sujeitos possam intervir na realidade na qual estão inseridos.

A dinâmica do modo de produção capitalista é criadora de desigualdades. Vivemos em um sistema que se alimenta da contradição entre capital e trabalho. Tal contradição se expressa nas mais diversas formas que a questão social assume: na pobreza naturalizada, na mulher violentada e tratada como propriedade, assumindo papeis subalternos. No racismo. Na defesa de um padrão social a ser seguido por homens e mulheres nessa sociedade que servem aos interesses e perpetuação do grande capital, do lucro. Tal contradição latente que se "apresentam na aparência dos fenômenos autônomos e independentes, como desarticulados da questão central entre capital e trabalho não podem nos levar a ignorar que elas se fundam na contradição capital-trabalho". (MONTAÑO E DURIGUETO, 2011, p. 117).

É esse o propósito que a classe dominante, por intermédio dos seus aparatos de propagação ideológica tenta a todo custo camuflar. O Estado atua como seu comitê

---

[4] A gênese da questão social na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...] (IAMAMOTO, 2014, p. 156)

particular, criando estratégias dentro da estrutura burocrática estatal para limitar ou até minar o protagonismo da classe trabalhadora, as resistências que germinam nos diferentes espaços, nestes a escola se inclui e se coloca como espaço de lutas, de disputas e contradições.

3 ESCOLA "SEM" PARTIDO E SUA RELAÇÃO DIRETA COM O PROJETO DE EDUCAÇÃO DEFENDIDO POR BOLSONARO

O Escola "sem" Partido (ESP) considera sua origem em 2004, nesse ano, o advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, expôs que uma de suas filhas relatou que seu professor de história, durante a aula, equiparou o percurso de vida de São Francisco de Assis e Ernesto Che Guevara. Nagib buscou o apoio dos pais na tentativa de instigá-los objetivando uma retaliação contra o docente utilizando-se da alegação que suas colocações teriam sido ideológicas e ultrajantes aos seus princípios religiosos, a saber católica. A iniciativa foi frustrante, Miguel Nagib não conseguiu o apoio que almejava e optou por criar seus próprios instrumentos para auxiliá-lo no propósito de reagir à suposta doutrinação em sala de aula, iniciando assim o movimento Escola "sem" Partido (SALLES, 2017). Mas, é importante pontuar que as ideias que dão origem a sua criação remontam ao ano de 2002, quando o então Partido dos Trabalhadores (PT) chega a presidência da República. Segundo os argumentos do ESP, o PT seria o causador do aparelhamento do Estado (aqui especificadamente, a escola) no que tange ao processo de propagação de ideologias identificadas como de esquerda.

Contudo, é entre 2014 e 2015, que o movimento começa a apresentar notoriedade. O então deputado estadual pelo Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro elaborou o primeiro projeto de lei contendo os elementos principais defendidos pelo movimento. Vamos presenciar novamente, agora no município do Rio de Janeiro, uma segunda proposta apresentada pelo vereador Carlos Bolsonaro. Assim, verifica-se uma ampla disseminação de propostas semelhantes por inúmeras câmaras municipais e casas legislativas espalhadas pelo Brasil.

O cenário atual possibilitou o ecoar de um discurso abertamente conservador no Brasil, personificado na figura do presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro (Sem partido), que encontrou terreno fértil na polarização política no qual se encontra o país, desde a campanha política entre Dilma Roussef (PT) e Aécio Neves (PSDB), em 2014.

Bolsonaro venceu as eleições e em seus dois discursos de posse[5], um no Congresso Nacional e o outro dirigido a população que o aguardava no Palácio do Planalto, já elenca algumas diretrizes que tomaria como base para chefiar a nação. Observamos nesse discurso a inquietação e ao mesmo tempo a notoriedade que o presidente dá a palavra ideologia, no mesmo foram citadas nove vezes,

> [...] Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade economia e da submissão ideológica [...] Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas [...]

A fala do chefe do executivo, não foge a nenhuma declaração dada por ele, quando ainda era Deputado Federal Bolsonaro jamais omitiu sua simpatia pelo movimento ESP e pelos princípios por este defendido. O presidente se utiliza de um tom ofensivo para se referir as mulheres, gays, lésbicas, negros, indígenas, entre outros. A escola ganha bastante notoriedade nessa cruzada ideológica que o mesmo travou e diz que irá aniquilar. Bolsonaro há tempos já afirmava que as escolas brasileiras não ensinavam os conteúdos didáticos, mas sim, se ocupavam em "desvirtuar" os estudantes com a suposta "ideologia de gênero", a "doutrinação esquerdista" e o "marxismo cultural", bem como o que ocorria nas salas de aulas era a formação de militantes políticos. Em seu discurso de posse, novamente, há a menção "Daqui em diante nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política". As pautas do governo tentam minar com as discussões de gênero, instauram um clima policialesco nas instituições de ensino e colocam a educação em um cenário de incertezas e de poucas ações efetivas.

Presencia-se o aparelhamento ideológico na espinha dorsal das políticas públicas implementadas pelo Ministério da Educação (MEC). Mas, de qual ideologia o presidente se municia e qual pensamento ideológico o mesmo tenta restringir e porque não dizer anular? Observamos no Brasil a ascensão do *pensamento conservador,* não que ele tivesse deixado de se fazer presente, mas, na atualidade conseguimos visualizá-lo com bastante ênfase. Não entraremos nesse artigo com o debate aprofundado da categoria conservadorismo. Mas, de forma sucinta,

---

[5] Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/ acesso em: 05/03/2021.

coadunamos com o pensamento de Suellen Keller, que explica que o conservadorismo se apresenta, sobretudo, “ no obscurantismo do outro, que não deve ter reconhecido o direito à diferença, bem como na tentativa de travar mudanças sociais que retirem qualquer privilégio das elites” (2019, p. 111). Ainda segundo a autora, por mais que o Partido dos Trabalhadores não tenha realizado mudanças significativas nesse sentido, o pensamento conservador tem atuado de forma reacionária “ao que representaria uma miragem da esquerda”, atuando na defesa e preservação das relações sociais advindas do modo de produção capitalista, obstruindo qualquer tentativa que se coloque como oposição ao projeto hegemônico e que ponha em risco a supremacia do capital e suprimindo direitos e necessidades da classe trabalhadora, impondo uma invisibilidade as reinvindicações. O pensamento ideológico conservador se faz presente nas ações e discursos do presidente. Sua base de aliados é composta pela bancada popularmente conhecida por BBB: bancada da bíblia (evangélicos), do boi (bancada ruralista) e a da bala (bancada armamentista)[6]. Estes atuam conjuntamente com pautas regressistas no Congresso Nacional e apoiam veemente o movimento Escola “sem” Partido.

A escola se estabelece como uma das entidades de grande relevância do Estado Democrático. Esta é entendida como direito de todos, dever do Estado e da família à sua promoção. Devendo ser incentivada pela comunidade em geral, com o objetivo do pleno desenvolvimento do ser humano, seu preparo para o exercício de cidadania e para o mundo do trabalho. O significado que educação assume a partir dos marcos legais e por que não dizer para além do aparato legal, é que esta deve amparar-se na igualdade de acesso e permanência; ter como premissa a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensar, o saber e a arte. A pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas é algo de primeira ordem nos espaços educacionais (Artigo 205°, Constituição de 1988).

O ESP atinge frontalmente essas prerrogativas quando em nome de uma falsa defesa de neutralidade, tanto partidária, quanto ideológica, institui a necessidade de policiar o exercício docente em sala de aula, limitando debates e invisibilizando pessoas que não se encaixam no padrão socialmente permitido. Nossa leitura do ESP nos permite afirmar que o se propõe é a defesa de uma única visão de mundo, que se caracteriza como excludente, perpetuadora de desigualdades e opressões. “Na

[6] Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bancada_BBB acessado em: 04/03/2021.

verdade, muitos “sem partido” são partidários de ensinar que todos nascemos de Adão e Eva; homossexualidade é doença [...] identidades de gênero é teoria promíscua; e o capitalismo é o melhor dos mundos” (BETTO, p. 67, 2016). “As ideias não caem do céu” como já explicitamos no tópico anterior, elas são fruto do “contexto social e histórico” no qual estamos inseridos (IBIDEM, 2016). Converge de igual modo ao que Marx e Engels discutem em a Ideologia Alemã “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercambio material dos homens[e mulheres], linguagem da vida real” (MARX E ENGELS, 2009, p. 31). Desse modo, a consciência, acrescenta os autores “nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens [e mulheres] é o seu processo real de vida”. Assim, compreendemos que o ESP se utiliza de um discurso de visão única, de domínio ideológico, com o objetivo de disseminar os interesses e o modo de enxergar o mundo de um grupo específico.

O discurso dos defensores do ESP e nisso o presidente Bolsonaro se inclui apresentam uma nítida função de ocultar o controle ideológico que há tempos ocorre nos muros escolares, bem como ao disseminar que o ambiente escolar é cadeira cativa de “doutrinação ideológica de esquerda” atuam de forma “hipócrita e interesseira, militam em favor da ampliação do controle e da precarização do trabalho docente, do desrespeito à autonomia das escolas e dos sujeitos da educação e em favor de todos aqueles que têm lucrado [...] com esse projeto” (GIROTTO, 2016, p. 73), cabendo ressaltar que ao não se problematizar a realidade mediada por todas as suas contradições (dentro e fora das escolas), a precarização do trabalho se estende não só aos professores, mas a todos e todas que vivenciam as relações sociais postas pelo capitalismo. Mantendo assim as estruturas sociais inalteradas.

O mandato de Bolsonaro está próximo de completar três anos e o que se apresenta em sua plataforma de governo são instabilidades, disputas e pouco trabalho efetivo. Ganha destaque nesse período o desequilíbrio no comando da própria pasta, o Ministério da Educação (MEC), teve sua gerência ocupada por quatro nomes até então.

Ricardo Velez, o primeiro, esteve como gestor por três meses, sob sua administração, Vélez propôs alterações nas exigências para a aquisição de livros didáticos, permitindo que não fossem levados em consideração as referências bibliográficas, ou seja, não era necessária rigorosa comprovação científica daquilo que se colocava nos livros, abrindo um precedente para o senso comum instalar suas

considerações. No mesmo ritmo, o edital não exigia mais temas ligados a defesa da diversidade étnica, cultural e de combate à violência de gênero[7]. Tal atitude coaduna com uma das diretrizes defendidas pelo ESP, o programa mantém uma linha crítica em relação aos livros didáticos ofertados aos estudantes e combate o debate de gênero e sexualidade nas escolas. O Brasil é um país com altos índices de violência doméstica, bem como morte de mulheres e pessoas LGBTT. Por isso, a educação deve sempre caminhar em consonância com a realidade dos sujeitos que nela estão inseridos.

A situação de Rícardo Vélez se torna insustentável e em seu lugar assume o não menos polêmico, o economista Abraham Weintraub. Sem experiência na área, alcançou o cargo pela sua estreita relação com a ala mais ideológica do governo, seguidor declarado de Olavo de Carvalho[8]. "Weintraub mostrou muita disposição para defender ideologias, mas pouco ou nenhum interesse em lutar por recursos e avanços para a educação" Analisa o professor da Faculdade de Educação da USP, Daniel Cara[9]. O mesmo iniciou um verdadeiro processo de perseguição a professores, estudantes e instituições de ensino. Sua passagem pelo MEC foi marcada por declarações ofensivas e por cortes de verbas para a educação.

O governo, por intermédio das ações de Weintraub bloqueou 30% do orçamento das Instituições de Ensino Superior (IFES) e Institutos Federais. Tal atitude não foi acompanhada por uma justificativa plausível. Pelo contrário, as declarações do Ministro deixaram evidente que se tratava de uma medida objetivando mitigar a autonomia administrativa e financeira das IFES restringindo as verbas que dão subsídio ao funcionamento dessas instituições. Aliado a isso, o presidente da República entre 2019 e 2020, já interveio em 19 nomeações de reitores das universidades, o que ocorre é que Bolsonaro não segue a tradição de nomear o nome

---

[7] ILHÉUS, Thaís. **Como foram os três meses de Vélez Rodríguez como ministro da Educação**. Guia do Estudante. 8 abr. 2019. Não paginado. Disponível em:https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-foram-os-tres-meses-de-velez-rodriguez-como-ministro-da-educacao/ acesso em: 27/02/2021.

[8] O brasileiro Olavo de Carvalho, 71 anos, [...] este autodidata que vive na Virginia (EUA) há anos e dá aulas de Filosofia pela Internet lidera à distância uma dos quatro grupos que apoiam diariamente o Governo de Jair Bolsonaro. É o pai do setor mais ideologizado do Gabinete, aquele que está na guerra contra o globalismo, o marxismo cultural, o feminismo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/14/politica/1555201232_670246.html acesso em: 05/03/2021.

[9] DINIZ, Iara. **Com Weintraub, educação andou para trás no país, dizem especialistas**. A Gazeta. 19 jun 2020. Não paginado. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/politica/com-weintraub-educacao-andou-para-tras-no-pais-dizem-especialistas-0620 acesso em: 02/03/2021.

que ficou em primeiro lugar após as consultas públicas dentro da comunidade acadêmica. Na verdade, não há uma obrigatoriedade do chefe do executivo ter que nomear o nome mais votado, caberia ao mesmo utilizar da coerência e acatar a decisão daqueles que vivenciam experiências no seio da instituição. Bolsonaro com tal atitude fere uma tradição de décadas.

Devido as instabilidades geradas por Weintraub no comando da pasta, Bolsonaro se viu obrigado a demiti-lo. O próximo a ocupar a pasta foi Carlos Alberto Decotelli, o que ocorre é que mesmo antes de assumir a pasta da Educação, o ministro indicado e nomeado ao cargo sofre uma série de críticas relacionadas ao seu currículo Lattes. Várias instituições estrangeiras e a própria Fundação Getúlio Vargas (FGV) entraram com contestações que afirmavam não ter conhecimento da formação do ministro em seus estabelecimentos de ensino. Não aguentando a pressão, Decottelli pede exoneração do cargo e em seu lugar assume, Milton Ribeiro, teólogo, professor, advogado e pastor da igreja Presbiteriana.

Milton Ribeiro fez diversas declarações ofensivas e que demonstram seu total alinhamento ao que defende o governo Bolsonaro. Em entrevista à *Folha de São Paulo* (s/p, set, 2020)[10], Ribeiro afirmou que a homossexualidade não é normal e atribui a "famílias desajustadas". Na mesma entrevista, o ministro desvaloriza o papel do professor e declara que no Brasil só é professor(a) quem não conseguiu ascender em outra carreira, "hoje ser professor é ter quase uma declaração de que a pessoa não conseguiu fazer outra coisa". Milton Ribeiro também aponta que irá revisar os conteúdos trabalhados em sala de aula referente ao tema gênero. Mais uma vez nos deparamos com o total alinhamento do governo com os princípios do ESP.

Desse modo, ao nos debruçarmos sobre o movimento Escola "sem" Partido percebemos que o mesmo tem sido usado de forma bem articulada por grupos econômicos, tanto a nível nacional como internacional, que objetivam subtrair direitos da classe trabalhadora e verbas das políticas sociais do orçamento estatal. O

[10] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-e-desigualdade-educacional.shtml acesso em 01/02/2021 acesso em 04/03/2021

espraiamento das ideias conservadoras ocultam o aprofundamento e consolidação de um projeto neoliberal[11] em andamento no Brasil[12].

Concluímos sem finalizar que o movimento Escola “sem” Partido, mesmo sem ser aprovado em âmbito nacional e com a saída das atividades do seu fundador Miguel Nagib, este se desligou em agosto de 2020[13], alegando incompatibilidade com suas atividades profissionais, bem como falta de apoio do Governo Federal (o que consideramos não ser pertinente). O ESP caminha a passos largos dentro das instituições proliferando medo e dando combustível para aqueles que defendem uma sociedade inalterada, bem como padronizada, sem respeitar as diferenças entre os sujeitos. É urgente e necessária a problematização do alcance desse movimento, bem como atuarmos de forma combatente e incansável aos avanços de referenciais nocivos como o ESP no seio da sociedade.

4 CONCLUSÃO

O quadro que se delineia sob o manto do governo bolsonarista para a educação manifesta os reais propósitos da extrema direita no poder estatal. O autoritarismo e o conservadorismo expressos em seu programa de governo e nos direcionamentos dados até então as instituições de ensino evidenciam a tentativa de dissolver o pensamento crítico e deslegitimizar a importância dessas instituições perante a opinião pública.

Entendemos que a ideologia dominante, esta que é disseminada em todos os espaços, inclusive na escola, busca omitir uma relação de dominação, a partir dela busca transformar uma visão de mundo, que é particular e atende aos interesses de uma classe, (leia-se classe dominante) como universais. É notório que qualquer alternativa a ordem vigente é fortemente reprimida e nesse propósito entra todo o aparato estatal que funciona como representante dos interesses da burguesia, mesmo tentando transparecer que atua buscando o bem coletivo.

---

[11] Seus defensores advogam em favor de políticas de liberalização econômica extensas, como as privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação, livre comércio, e o corte de despesas governamentais a fim de reforçar o papel do setor privado na economia Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo acesso em: 05/03/2021.

[12] As professoras Dirce Zan e Débora Mazza fazem uma análise do movimento ESP e sua possibilidade de efetivação no cenário atual. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/educacao/escola-sem-partido-e-possivel acesso em: 04/03/2021.

[13] Disponível em: https://www.escolasempartido.org/ Acesso em: 04/03/2021.

O Escola “sem” Partido é fruto desse caldo conservador e ideológico que paira sobre, ou melhor, que se mantem nas estruturas que fundam desigualdades, injustiças e opressões. Se alimenta da polarização política que o Brasil vivencia e camufla seus reais objetivos ao reproduzir um discurso de neutralidade e de uma escola livre de influências partidárias e ideológicas. Observa-se que o que se busca é a manutenção da ordem social vigente controlando o que se pode pensar e o que se pode falar. Tal atitude é extremamente perigosa para uma democracia tão frágil como a brasileira.

O campo é minado e a resistência se coloca como horizonte. As experiências dos anos de chumbo nos leva a refletir para o que não queremos retornar: censura, violência, perseguição e agudização das desigualdades sociais. O pensamento crítico é uma das vias de superação dessa ordem que priva a maioria da população de vivenciar uma sociedade livre de injustiças e privações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES KELLER, S. B. **A ascensão do Conservadorismo e o Esgotamento do Projeto Neodesenvolvimentista: implicações Profissionais ao Serviço Social**. 253f. Tese de doutorado. PUCRS:2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BETTO, F. **“Escola Sem Partido?”** In: AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

CHAUI, M. S.. **O que é ideologia**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIMARÃES, V. “Educação não-sexista e não-homofóbica - Um caminho de múltiplas mãos na construção de um projeto educativo”. In: GENTLE, I.; ZENAIDE, M.; e GUIMARÃES, V. **Gênero, diversidade sexual e educação: conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

GIROTTO, E. **Um ponto na rede: O “escola sem partido” no contexto da escola do pensamento único** In: AÇÃO EDUCATIVA. A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

IASI, M. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SALLES, D. C. As bases do conceito de “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido na obra de Nelson Lehmann da Silva. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, Brasília/DF, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, C.; DURIGUETO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. Cortez - 3° ed. São Paulo: 2011.